

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIEISE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quieise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quieise Crisóstomo da Silva
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB)
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- PRESIDENTE — Armando Queiroz
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (MDB)
SANTOS LIMA; OVIDIO FRANZONI; ERONDY SILVERIO; EMILIO CARAZZAI; IGO LOSSO; PAULO CAMARGO; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; LUIZ ROBERTO SOARES; MUGGIATI FILHO (MDB).

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — Quartas-feiras.

SUPLENTE

BORSARI NETO; BASILIO ZANUSO; ANTONIO LOPES JÚNIOR; FABIANO BRAGA CORTES; ANTONIO MACIEL; LEOPOLDO JACOMEL; MARCIANO BARANIUK; ODILON REINHARDT; JOÃO FADEL.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- PRESIDENTE — Fuad Nacli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinatti
DAVID FEDERMANN; LEOPOLDO JACOMEL; ANTONIO LOPES JÚNIOR; ODILON REINHARDT; JOÃO FADEL.

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES — Terças-feiras.

SUPLENTE

FRANCISCO ESCORSIN; FABIANO BRAGA CORTES; LAZARO DUMONT; JORGE SATO; IGO LOSSO; MAURICIO FRUET (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- PRESIDENTE — Jorge Sato
VICE-PRESIDENTE — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

AGUINALDO PEREIRA LIMA; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; PINTO DIAS; WILSON BRANDÃO; JOÃO FADEL; MARCIANO BARANIUK; MUGGIATI FILHO (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel.

VICE-PRESIDENTE — Hélio Manfrinato (MDB)

LAZARO DUMONT; FRANCISCO ESCORSIN; MARCIANO BARANIUK.

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

LEOPOLDO JACOMEL; FUAD NACLI; BASILIO ZANUSO; AGUINALDO PEREIRA LIMA; ALVARO DIAS (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Hélio Manfrinato (MDB)

LAZARO DUMONT; XENOFONTE VILLANUEVA; GABRIEL MANOEL.

SECRETÁRIO — Roberto Diniz Sátiro

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

BASILIO ZANUSO; PINTO DIAS; PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; ALVARO DIAS (MDB).

FUAD NACLI; ARIZONE ARAÚJO; SANTOS LIMA; XENOFONTE VILLANUEVA; MUGGIATI FILHO (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE: Antonio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (MDB)

ARIZONE ARAÚJO; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; GABRIEL MANOEL.

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R.G. Amaral.

REUNIÕES — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

FRANCISCO ESCORSIN; SANTOS LIMA; JOÃO FADEL; FABIANO BRAGA CORTES; NIVALDO KRUGER (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Sebastião Rodrigues (MDB)

FRANCISCO ESCORSIN; XENOFONTE VILLANUEVA; MARCIANO BARANIUK.

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ANTONIO MACIEL; LUIZ ROBERTO SOARES; PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; NIVALDO KRUGER (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Aguinaldo Pereira Lima;

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinatti (MDB).

PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; ANTONIO MACIEL.

SECRETÁRIO — Francisco Accioly Neto.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — David Federmann;

VICE-PRESIDENTE — Arizone Araújo

JOÃO FADEL; XENOFONTE VILLANUEVA; MAURICIO FRUET (MDB).

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

PAULO CAMARGO; JORGE SATO; OVIDIO FRANZONI; EMILIO CARAZZAI; HELIO MANFRINATO (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Cândido Martins de Oliveira.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (MDB)

BASILIO ZANUSO; ANTONIO MACIEL; GABRIEL MANOEL.

SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Soto Maior.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARMANDO QUEIROZ; JORGE SATO; OVIDIO FRANZONI; SANTOS LIMA; MUGGIATI FILHO (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli.

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (MDB).

AGUINALDO PEREIRA LIMA; FRANCISCO ESCORSIN; LEOPOLDO JACOMEL.

SECRETÁRIO — Alberto Carazzai Neto.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARMANDO QUEIROZ; PAULO CAMARGO; OVIDIO FRANZONI; MARCIANO BARANIUK; ANTONIO BELINATTI (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva.

VICE-PRESIDENTE — Sebastião Rodrigues (MDB)

MARCIANO BARANIUK; JORGE SATO; ODILON REINHARDT.

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARTHUR DE SOUZA; PINTO DIAS; LAZARO DUMONT; GABRIEL MANOEL; MAURICIO FRUET (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 196.ª Sessão Ordinária Realizada em 1.º de Dezembro de 1972 - (6.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

As 10,00 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, António Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, António Belinati, António Lopes Júnior, António Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Fabiano Braga Côrtes, Lázaro Dumont e Pinto Dias (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei ns. 77-72, 95-72, 177-72 e 189-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Martini, ocorrido dia 28 próximo passado no Município de Nova Aurora.

Requer, outrossim, que após a aprovação do presente, para o qual conta com o indispensável apoio dos Nobres Pares, seja dada ciência à família enlutada que reside no Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1972.

a) Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado o apelo Sugestão apresentado da Tribuna.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1972.

a) Nelson Buffara

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao 1.º orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná, Professor Roberto Linhares da Costa, revelou à imprensa que a partir do próximo ano, o ensino no Paraná, será pago de acordo com a declaração do Imposto de Renda do pai do aluno. E, segundo pudemos verificar nas palavras do Sr. Secretário, o Governo do Estado do Paraná passará a cobrar o ensino em nosso Estado não apenas para o 2.º grau, mas também para alunos que estejam cursando o 1.º grau, a partir dos 14 anos, estarão enquadrados nas novas exigências da Secretaria de Educação e Cultura. No ato da matrícula, em qualquer colégio do Estado do Paraná, o pai do aluno deverá apresentar a declaração de sua contribuição para a Receita Federal, e será cobrada proporcionalmente uma taxa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos que a educação é a base do desenvolvimento de nosso povo. E vemos que, na área federal, há preocupação na criação de cursos de alfabetização, de instalação de escolas de nível universitário; vemos, enfim, o Governo Federal preocupado com a melhoria do nível de educação de nosso povo. E, aqui, no nosso Paraná, o que podemos sentir com a nova determinação da Secretaria de Educação e Cultura é que se vai criar um novo problema para o aluno pobre.

É bem verdade que a medida, segundo o Sr. Secretário de Educação, visa favorecer a faixa mais pobre da população. Mas nós acreditamos que essa medida venha alcançar êxito, ao analisarmos que no momento em que o Governo concede bolsas de estudo, nem sempre o filho do pobre é beneficiado com elas. Existem bolsas de estudo para o filho do pobre, mas o que normalmente acontece, sr. Presidente, é que no momento em que chega o filho do pobre para solicitar uma bolsa de estudos, dificilmente realiza o seu sonho de ser bolsista e às vezes, aquele aluno cujo pai é privilegiado economicamente, é o mais atingido por essa concessão do Governo.

Gostaríamos aqui, sr. Presidente, de reafirmar que no norte do Paraná essa medida da Secretaria de Educação já vem gerando um mal estar, porque se sabe de antemão que ela vai trazer um grande transtorno para o filho do operário, para o filho do trabalhador que normalmente encontra as maiores dificuldades para adquirir um livro, para adquirir o seu material escolar.

E agora, com essa nova determinação da Secretaria de Educação, nós vamos sentir que os nossos brasileiros, que o nosso cidadão paranaense tão onerado, tão sacrificado por tantos impostos cobrados pelo Governo do Estado, vai se deparar agora com essa nova determinação da Secretaria de Educação que vai exigir a declaração da quota de arrecadação do imposto de renda.

Acreditamos que mais um sacrifício se impõe aos paranaenses, que querem ver os seus filhos não apenas cursando o primeiro ou segundo grau, mas que querem vê-los cursando uma universidade. Vemos que em grande

parte o filho do trabalhador não chega até aos bancos de uma Universidade, exatamente por falta de maiores condições financeiras; apesar de bolsas de estudo, os trabalhadores não têm facilidades para ter um filho que seja bolsista. E agora a Secretaria de Educação se não voltar atrás na sua determinação, estará praticando um crime contra as camadas mais baixas da população paranaense.

Portanto, sr. Presidente, era essa a manifestação que gostaríamos de fazer, lembrando que nosso povo tem sido sacrificado demais com tantos impostos. Nosso povo paranaense que vive em situação aflitiva em relação à constante alta do custo de vida, — vemos que os pais vão se defrontar agora com novos problemas, com novas taxas, com novos pagamentos, que terão que fazer para ver seus filhos cursando até mesmo o primeiro grau a partir de 14 anos de idade.

Que o sr. Secretário de Educação reformule essa medida que realmente é uma medida inimiga da educação e quem sabe, daqueles que vão estudar no nosso Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais quem queira usar da palavra no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nelson Buffara primeiro inscrito no Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Desde que fomos eleitos Deputado, entre outras preocupações, uma tem sido a nossa tônica nesta Casa, a da implantação de indústrias em nosso Estado. E nos chamou a atenção, sr. Presidente, srs. Deputados, o "Jornal do Brasil", no dia 1.º de novembro, onde verificamos que o sr. Presidente Médici regulamentava a importação de fábricas, o transplante de fábricas de produtos industriais que do exterior, demandariam ao Brasil.

No que nos diz respeito, Sr. Presidente, srs. Deputados, a maior preocupação nossa é a implantação dessas indústrias, o transplante de indústrias, a importação dessas indústrias para o nosso Estado.

Hoje, esboçamos um trabalho que vamos submeter à apreciação dos srs. Deputados a fim de, através dele, poder sensibilizar a opinião pública e ao Governo do Estado no sentido de criar condições para trazermos o máximo dessas indústrias para o nosso Estado.

(Lendo): — "Com base nas informações contidas no Documento" Diagnóstico e Diretrizes de Ação" do Governo do Paraná, o Estado deverá crescer a um taxa de 12,9% ao ano entre 1968 a 1974 a fim de igualar sua Renda "per-capita" à nacional, sendo que a manutenção dos índices de crescimento apresentados pela economia paranaense no período 1960-1968, implicará em um acentuado distanciamento em termos de participação relativa da Renda Estadual no total da Renda do País.

Somos um Estado de economia agrícola, onde o Setor Agropecuário representa 45% do Produto Bruto Estadual. Apesar do extraordinário crescimento desse Setor, poucos são os benefícios que são transferidos à população à ele vinculado.

Bem sabemos que é o Setor Industrial aquele que agrega maior valor ao Produto, exigindo melhor qualificação da mão de obra, apresentando um fluxo constante de contribuição de impostos e, sobretudo, oferecendo melhores condições de vida ao fator mão de obra empregado.

O Paraná apresenta ainda um parque industrial de pequeno para médio porte, responsável apenas por 10% do Produto Estadual, com destaque para algumas grandes empresas voltadas ao beneficiamento da matéria prima existente, e as demais indústrias tradicionais de pequeno efeito multiplicador para a economia paranaense.

A situação geográfica do Paraná, nas vizinhanças de São Paulo, o maior polo industrial, do Brasil, prejudica enormemente o florescimento do nosso Setor Industrial, dado as melhores condições de infra-estrutura, mercado consumidor, e outras economias externas que aquele Estado tem condições de oferecer.

Nem por isso, acreditamos, deve o Governo do Paraná se omitir de uma atuação mais agressiva com referência ao desenvolvimento da indústria, procurando, através de mecanismos de política econômica sob sua alçada, promover o crescimento desse importante setor para a economia estadual.

O estabelecimento de uma política de amparo ao Setor Industrial Paranaense, atualmente inexistente, aliada à criação de um conjunto de incentivos de amparo às indústrias existente e de favorecer a implantação de outras no Estado, são medidas, a nosso ver, que devem começar a ser estudadas e implantadas no menor prazo de tempo possível.

Haja visto o Governo da República, recentemente, baixar dois Decretos Lei: o de n. 1219, criando programas especiais de estímulo às exportações; e o de n. 1236, referente ao transplante de conjuntos industriais, destinados à elaboração de produtos para colocação no mercado internacional".

Essa matéria conseguimos, através de xerox, uma cópia. "O Estado do Paraná, poderia gerir o sentido de que algumas dessas fábricas viessem a se instalar no Paraná. Como seu objetivo é a exportação, a região do litoral paranaense poderia acolher alguma dessas indústrias e para tanto possui algumas condições como:

— oferta de infra-estrutura de apoio, como estradas, energia elétrica, comunicações, saneamento e mão de obra barata;

— maior proximidade ao mercado comprador do exterior e também como um dos maiores produtores de matéria prima no País resultando dessa localização num menor custo de transporte, fator condicionante para a localização industrial.

A região do litoral paranaense, se ressentida de iniciativas, visando o seu desenvolvimento por parte do Poder Público tendo em vista fixar o elemento humano local, que hoje migra aos grandes centros em busca de novas oportunidades de emprego e criando verdadeiros vazios econômicos na região.

Acreditamos que, com a importação de complexos industriais para o Brasil, e com base na regulamentação do Decreto-Lei 1236, o Paraná promova uma campanha para absorver algumas dessas indústrias; mais ainda que o Governo do Estado conceda incentivos para tanto, sendo a região do litoral a que possui maiores vantagens para sediar a instalação das mesmas no Paraná.

Além de tudo traria uma modificação na estrutura produtiva local, sobretudo com reflexos altamente positivos para a absorção da mão de obra local.

Portanto, aqui fica o nosso apelo sugestão para que o Governo do Estado promova estudos e gestões quanto a viabilidade do trabalho aqui apresentado".

Srs. Deputados, no exemplar do Jornal do Brasil do dia primeiro, existe uma regulamentação sobre todo este complexo que o Presidente Médici em boa hora quer trazer ao nosso Brasil.

Seriam conjuntos industriais que em sua totalidade, seriam transferidos, transplantados ao Brasil sob severa fiscalização para que se pudesse fabricar aqui no Brasil o que se fabrica no exterior.

É louvável a iniciativa do Sr. Presidente da República. E o nosso trabalho é de alertar ao Governo do Estado para que possamos agressivamente, trazer para o Paraná numa das regiões mais assoladas pelo desemprego, pela miséria, que é o litoral. Como representante do litoral, quero deixar um apelo patético para que Vv. Exas. irmanem-se comigo neste pensamento a fim de que consigamos um lenitivo, um amparo para a gente litorânea que mais sofre no Paraná e quem sofre mais acentuadamente é o litoral. É o requerimento que apresento à apreciação da Casa, sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Nivaldo Kruger.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Acaba de usar a palavra chamando a atenção para um aspecto importante na vida econômica do Estado e do nosso País, o Deputado Nelson Buffara, da nossa Bancada.

Aliás, a nossa Bancada, o MDB, em todo o Estado e em todo o País, está profundamente preocupada com o desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento social, com novos empregos, com o aproveitamento de mão de obra, com o trabalho e com o desenvolvimento do País. Esta política do Governo Federal é contraditória, está em conflito, é negada pelo Estado do Paraná.

É incrível, sr. Presidente, que o Governo Federal realize tamanho esforço para industrializar o país e que o nosso Estado, não se afine nos métodos com esta política, negando em profundidade os princípios defendidos pelo Governo Federal. E o mais estranho é que este mesmo Governo diz querer harmonizar com o Governo Federal, mas está com ele em conflito, em profundo conflito, porque nem sempre as palavras revelam a realidade e se em palavras estão de acordo, a realidade nega o que se afirma e o que se pretende em política de desenvolvimento do país. Senão vejamos. Sabemos que hoje a política fiscal é um instrumento de estímulo ou de retração; é um dos instrumentos mais poderosos ao alcance do Estado, para promover desenvolvimento. Assim fez o Governo central ao estabelecer a política de estímulo à indústria de nosso país. Estímulo que redundou em desenvolvimento do nordeste, do Amazonas e está redundando em desenvolvimento do centro oeste do país. Outros Estados adotaram uma política econômica neste sentido, imitando no seu âmbito, na sua esfera, a política federal de desenvolvimento e de estímulo ao desenvolvimento. Não ocorre isto em nosso Estado. A mentalidade predominante no Paraná é de dar ao Estado toda a força e todo o poder arrecadatório, sem considerar as necessidades e a realidade do contribuinte, do empresário daquele que produz e gera riqueza. E tanto não considera o Paraná esta realidade, que toma uma atitude assfianxe por nós já denunciada noutras oportunidades. Desde que estamos aqui nesta Assembleia tem sido este o motivo de pronunciamentos de todos os Deputados de nossa Bancada. E nós fizemos uma análise em profundidade, do desenvolvimento do Paraná e verificamos que o Estado não se desenvolve industrialmente. O desenvolvimento industrial está parado em termos globais, reduzido conforme palavras do próprio Secretário da Fazenda.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, Nivaldo Kruger, sei que V. Exa. tem razões de sobra, para fazer esta exposição. Eu entendo e desafio quem entende de forma diversa, que o que falta é agressividade, luta do nosso Governo. Não sei por que razão ele entende que deve se acomodar, introverter e não disputar como faz o Rio Grande do Sul e mesmo Santa Catarina e outros Estados. Eu já disse, enquanto o Brasil cresce, outros Estados crescem numa linha mais acentuada, e o Paraná tenta com dificuldade uma linha horizontal, os outros Estados crescem mais do que o Brasil, o Paraná cresce menos, ou não cresce nada. Outros Estados de menor significado, de menor importância, Estados inexpressivos, em relação ao Paraná, crescem muito mais do que o nosso.

Era este o aparte que queria dar a V. Exa. Obrigado.

O SR. NIVALDO KRUGER. — Agradeço a V. Exa. a intervenção oportuna. Mas, desejo comprovar aquilo que afirmei há pouco com os elementos do próprio Governo. E aqui estão dados irrefutáveis. Ora, quando vivemos um tempo de estímulo, o incentivo fiscal é o grande êmulado adotado pelos Governos em nosso tempo, pois aí o Estado pode intervir, e tem poder, sem contudo pisar, esmagar, ou assfianxe a economia mas também sem tomar uma posição paternalista, ou uma posição estatizante. O estímulo fiscal tem se constituído no grande remio do Estado para impulsionar a economia. E vejamos o que ocorre no Paraná neste momento em que se propõe a consolidação do Código Tributário. O Estado previne-se contra aqueles que, por dificuldade de qualquer natureza, de qualquer ordem, não podem cumprir suas obrigações fiscais prontamente, com multas escorchantes até de 40%. E, hoje, faça-se justiça ao atual Governo, porque no passado, a multa era de 100%. Aí daquele que por qualquer dificuldade não pudesse recolher prontamente o ICM, veria isso dobrado, no prazo de 15 dias. Houve, portanto, uma evolução. Mas, esta evolução não significa progresso é apenas uma regressão das multas. Vemos apenas isto. Não vemos nada que proporcione estímulo àqueles que atuam, que produzem e que fazem a sustentação econômica do Estado através de seus empreendimentos. Enquanto que o Estado de Santa Catarina prevê um fundo de participação, um fundo de desenvolvimento; enquanto que o Estado do Rio Grande do Sul dá um estímulo, São Paulo também estimula, o Paraná nada prevê nesse campo.

Então, o Governo que deveria atuar como estimulante da economia, atua como desestimulante, fazendo com que os empresários vão procurar campos mais atrativos noutras áreas. E o paranaense está fugindo, buscando Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, as áreas da SUDENE, áreas da SUDAN. Nós paranaenses, vemos aos poucos, que a falta de previsão e de visão dos homens da área do Governo faz com que o empresário fuja do Paraná, por não sentir atrativos. Somados a estes fatores ainda há a energia elétrica mais cara do Brasil, a ausência de distritos industriais nos polos de desenvolvimento de nosso Estado, e, especialmente, na Capital, onde o industrial que quiser desenvolver uma nova empresa tem que adquirir o terreno,

fazer saneamento e toda infra-estrutura, quando nos outros Estados, o próprio Governo oferece aos empresários essas condições estimulantes e altamente atrativas.

Tenho os meus dias contados nesta Assembleia. Três sessões, talvez. Farei um último pronunciamento de agradecimento pelo muito que aprendi nesta Casa. Se não dei nenhuma contribuição, muito aprendi aqui, no convívio cavalheiresco com todos os srs. Deputados. Entretanto, hoje, meu pronunciamento é outro sentido. É de análise não tem um sentido oposicionista faço como homem preocupado com o destino de nosso Estado.

Concluindo este meu raciocínio, quero demonstrar, claramente, o que afirmo hoje. Ora, o processo de multas é violento. Admito que se multe, que se puna o infrator. Mas, que se dê estímulo àqueles que produzem e procuram desenvolver. Outro problema, o prazo para o recolhimento.

Sabemos que o Estado de São Paulo tem um Fundo de financiamento as empresas em dificuldade de recolher o ICM. Esse Fundo funciona com os recursos do próprio ICM e com os juros advindos das operações realizadas pelo Banco do Estado, com os recursos do próprio ICM. Então, a média é pequena empresa, quando enfrente dificuldades, procura o Fundo e ali entrega as duplicatas e obtém prontamente os recursos. Sabemos também que hoje a Secretaria da Fazenda do Paraná encara o problema com maior largueza, procurando colaborar no momento crítico com empresas que procuram aquele estabelecimento para saldar débitos em atraso, através de operações bancárias esporádicas. Reconheço essa medida da Secretaria da Fazenda e do sr. Secretário.

Entretanto, não existe uma organização, não existe nenhum critério pré-fixado em lei. Isso ocorre eventualmente e de eventualidade não pode viver a economia de um Estado. O empresário precisa prever. Administrar é prever. Não se contar com essa facilidade, vai procurar outra área que lhe ofereça estímulo.

Então, propusemos eu e o Deputado Domício Scaramella, três emendas, alterando as multas, reduzindo-as e alterando o prazo de recolhimento que hoje é de 15 dias secos. Poderemos sem prejuízo nenhum para o Estado, conceder 45 dias e até 90 dias, segundo os prazos normais de operações mercantis.

Estabeleceu-se um processo de descapitalização, quando a empresa realiza uma operação num prazo de 90 dias, tem que recolher o imposto num prazo de 15 dias.

Outro aspecto, é a duplicata fiscal. Sabemos que há empresas que não vendem à vista. Então enfrentam dificuldades financeiras para atender esse pesadíssimo ônus fiscal. Recorrendo a agências financeiras a juros elevadíssimos. Pagando juro para recolher imposto, o que é um estímulo.

Apresentamos com o Deputado Domício Scaramella uma emenda propondo que a Fazenda receba o pagamento do ICM das empresas que realizam operações a prazo, em duplicata. Pode parecer estranho, mas é justo. O Estado não pode ser um fator estranho à vida da sociedade. O Estado tem que servir à sociedade e não por ela ser servido senão haverá uma inversão do próprio conceito de democracia. O Estado tem que servir o homem. Se o Estado asfixia mata a origem de sua própria natureza.

A emenda propõe que o Estado receba das empresas que realizam vendas à crédito, a parcela relativa ao imposto, em duplicatas, com aval e garantia do empresário.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). desejo registrar nos Anais da Casa a presença de V. Exa. na tribuna, com um significado especial: V. Exa. é o primeiro Deputado desta Casa que consegue ir à Tribuna e abordar um ponto, relativo ao mérito desse Projeto que está em andamento na Casa.

Tivemos ontem oportunidade de ferir um ponto que consideramos importante, que é a inconstitucionalidade da tramitação desse Projeto. Voltaremos ao assunto em próxima oportunidade, porque verificamos, diante do debate havido ontem aqui, que não assistem realmente ao sr. Governador do Estado, a prerrogativa constitucional de pedir 45 dias para um projeto dessa natureza, que está ferindo não a Constituição do Estado — está em vigor através uma emenda enviada pelo malfadado Governo Haroldo Leon Peres — mas a Constituição da República que abre uma exceção ao Governador, ao Presidente da República. Não podem invocar o dispositivo dos 45 dias para projetos que visem a codificação de leis e, no caso, a consolidação de leis que é quase a mesma.

Vejamos V. Exa. a importância do papel que está desempenhando nessa Tribuna referindo-se, justamente, a um dos mais transcendentes fundamentos da democracia e da legislação. Não existe lei em país democrático que não seja a expressão do povo.

No entanto, nesta Casa, onde muitos ilustres Deputados da Tribuna já verberaram contra o tecnicismo que domina o Brasil, no momento defendem, neste Projeto, a técnica contra a vontade do povo. Admitimos a técnica mas não podemos deixar, como V. Exa. sempre disse, de reconhecer que uma lei num País democrático somente é lei se feita e elaborada pelos representantes do povo.

Desejo que fique registrado nos Anais desta Casa o esforço de V. Exa. de conseguir, num Projeto, focalizar um problema dos mais delicados com reflexos, dos mais graves, para o nosso médio e pequeno empresariado que, hoje no País passa por uma situação terrível.

É o registro que faço. Talvez seja esta uma das últimas contribuições que nesta Legislação, V. Exa. dá a esta Casa. Mas, os Anais registrarão, ao contrário do que disse V. Exa. os ensinamentos que o nobre Deputado, com sua experiência e seu ardor patriótico, ministrou nesta Casa honrando a representação que o povo lhe outorgou.

O SR. NIVALDO KRUGER — Agradeço as palavras de V. Exa. As ponderações feitas por V. Exa. na tarde de ontem talvez nos tenham colocado na posição, às vezes, até ingrata, de oposicionistas. Porém, sabemos do equilíbrio e da competência que sempre nortearam a ação de V. Exa. dentro desta Casa, nesta Tribuna ou fora dela. V. Exa. ponderou aos representantes do povo que aqui se encontravam apenas a oportunidade de esmiuçar este projeto em toda a sua plenitude para que nós, representantes desse povo, não sejamos amanhã apontados como omissos, ou como incapazes, ou ainda como insensíveis à realidade que não bem V. Exa. abordou agora relativamente a dificuldade tremenda por que passa o pequeno e o médio empresário. Talvez não entendam isto os funcionários que sempre viveram às custas do erário. Não os convido por isto. Eles sabem que ao fim do mês sua receita está à sua disposição no Tesouro. Este o motivo porque, muitas vezes, não compreendem a luta insana dos homens do campo, do motorista, do empresário.

Poderá parecer que seja um roubo impressionista de nossa parte. Mas não é. Nós que vivemos, nós que convivemos e vimos dessa área, das áreas de produção, sentimos estas dificuldades sofridas pelos que trabalham e produzem.

Mormente, em nosso Estado cuja economia está se dilapidando, há um grande ergano dos homens de governo, profundo engano. Quando digo homens de governo, não quero atingir a ninguém individualmente, conheço a realidade em que os Senhores estão vivendo. Os senhores como Deputados da situação dão apoio ao Governo, não devem dar apoio incondicional. Os senhores também representam o povo. E quando o governo expressa a vontade do povo, mormente, um governo que não fora eleito pelo povo, é necessário que esta representação do povo se levante para que o povo não descreia nos últimos resquícios da democracia que existe no País e que está nas Casas Legislativas.

Falo isto com toda a sinceridade de brasileiro que vive num tempo esquisito para a democracia, que vive num tempo dramático de alterações tão profundas, em que as coisas são colocadas mais importantes que os homens, em que as "coisas" esmagam aquilo que é o mais importante numa Nação: o homem, em que as coisas fazem o homem gemer sob a carga terrível de todas as imposições que lhes são acarretadas. Por isso, apelo à Casa que não aprove este projeto assim. Seria injustificável perante o Paraná. Aceito ponderações que foram feitas ontem, de que uma equipe de técnicos do governo estudou durante um ano este projeto.

Estudou de fato, mas talvez tenhamos colocado unicamente o ponto de vista de interesses frios do Estado por falta de vivência nas atividades da lavoura, na luta do dia a dia com o povo sofrido do trabalho.

Talvez isto não lhes desse condições de por pesos na outra concha da balança.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, inicialmente, quero lamentar a informação que V. Exa. traz à Casa, de que é uma das últimas Sessões que participa aqui no Poder Legislativo do nosso Estado.

Nós, que nos acostumamos a conviver com V. Exa. por certo, iremos sentir muito a sua falta, pela maneira com que V. Exa. sempre encarou os problemas que dizem respeito ao desenvolvimento do Estado, todas as leis que passam aqui por este Poder.

Mas de outro lado, nobre Deputado, nós nos sentimos satisfeitos porque sabemos que V. Exa. vai continuar emprestando o seu brilho, o seu entusiasmo, o seu trabalho, em favor de um dos maiores municípios do Paraná que é a chefia do Executivo do Município de Guarapuava.

Lá, esperamos e desejamos, e são os nossos votos de que V. Exa. se saia bem através de uma administração condigna que possa corresponder com os anseios e com aquilo que V. Exa. recebeu nas últimas eleições que foi uma verdadeira consagração popular.

Mas de outro lado, não posso concordar, quase que numa das suas despedidas, V. Exa. tenha assim tanto pessimismo com relação ao Paraná. Não aceito a comparação que V. Exa. faz entre o Paraná e São Paulo. Nós sabemos e temos conhecimento da distância que separa Paraná e S. Paulo, mas nem por isso, estamos deixando de lutar, lutamos todos nós povo e governo, no sentido também de promover o desenvolvimento do nosso Estado. Certas de firmas estão aí se instalando, Irmãos Pereira, Sombra, Itau, Cia. de Cimento e tantas outras. De modo que não é tão negro assim o destino do Paraná. E preciso que continuemos lutando para que o nosso Paraná continue se desenvolvendo.

Agora, com relação à duplicata fiscal, já existe de fato, eu posso trazer a V. Exa. centenas e centenas de firmas que têm feito, através de duplicatas, o pagamento do Imposto de Circulação, numa prova evidente que o Estado não quer arrebentar com ninguém. V. Exa. sabe que esta Casa também votou o parcelamento; sabemos que nem todos os industriais e comerciantes têm condições de pagar o imposto na boca do cofre. Assim existe o parcelamento, mas ele é feito ao contribuinte honesto, não a sistemáticos sonegadores e que não querem pagar, em prejuízo daqueles que pagam fazendo concorrência desleal.

Disse ontem e quero reafirmar hoje, que se realmente a Mensagem que nós apreciamos hoje é uma Mensagem que envolve grande interesse, nem por isso nós deixaremos de ter oportunidade, os Deputados, a Assembleia, de estudá-la melhor e voltar a S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, que é um homem de diálogo, que nada mais quer que o desenvolvimento de nosso Estado, para apresentarmos as falhas e os defeitos e chegarmos a um entendimento. O que é preciso e a Casa vai fazer, é aprovar esta Mensagem, para se iniciar uma reforma. E assim teremos oportunidade, Deputados das duas Bancadas, de dialogar com o Sr. Secretário da Fazenda, levando-lhe, depois de estudos feitos, na tranquilidade do recesso, nossas sugestões. Já solicitei ao Deputado Muggiati Filho, grande estudioso do assunto e Deputado Erondy Silvério que é um homem que se preocupa com os problemas fiscais, que se fizesse um estudo e se voltasse no início dos trabalhos legislativos, infelizmente, com a ausência de V. Exa. mas sei que sua Bancada ficará bem representada, através dos Deputados que a integram, com a disposição de ir ao Secretário da Fazenda levar-lhe o estudo e a análise daquilo que nós teremos tempo suficiente para fazer.

De modo que cumprimento V. Exa. pela maneira com que V. Exa. se preocupa com os nossos problemas e espero que possa contar com o apoio de V. Exa., como de resto dos Deputados membros de sua Bancada, para que possamos dar ao Governo meios de iniciar esta reforma.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado, nobre Deputado João Mansur.

Queria dizer a V. Exa. que para mim foi uma grande honra conviver com V. Exa. nesta Casa, porque eu quando mocinho já ouvia falar de V. Exa. como homem de empresa e como político. E aprendi a admirá-lo e nunca esperei que um dia viesse a conviver aqui com V. Exa.

Como Líder de Oposição e V. Exa. como Líder de situação, tenho a dizer hoje ao Paraná que foi para mim de grande valia este convívio, pelo comportamento nobre de V. Exa. sempre norteando as suas ações em busca dos interesses do nosso Estado, às vezes tivemos pontos divergentes, com o mesmo objetivo, o de engrandecer nosso Estado. Novamente nos encontramos nesta posição. Digo a V. Exa. que não sou pessimista, sou realista e se acentue determinados aspectos negativos do Paraná, foi para demonstrar a necessidade de aproveitarmos o ensino para melhorarmos este projeto exatamente que V. Exa. quer. Parece-me que a oportunidade é agora, de darmos com alguns dias apenas de atraso, mas de darmos ao Estado um projeto melhorado com a contribuição na área política, demonstrando que os políticos têm condições de opinar com sabedoria, com equilíbrio e com equidade.

Somos pela aprovação do projeto, evidentemente, mas com algumas melhorias, com algumas alterações, tendo em vista o interesse do contribuinte e do Estado, exercendo plenamente a função a que o povo nos destinou: defender os seus interesses.

Nossos agradecimentos a tantos quantos Deputados que nos honraram com seus apares.

Muito obrigado — (com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 42 srs. Deputados.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela Ordem). Sr. Presidente verificamos que a Ordem do Dia de hoje não cumpriu o interstício regimental, requeiro a V. Exa. a suspensão da Ordem do Dia e que todos os Projetos constantes da mesma sejam apreciados na segunda feira.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência reconhece que, efetivamente, não houve interstício regimental para a inclusão dos Projetos constantes da Ordem do Dia de hoje. Portanto, defere o requerimento do nobre Deputado João Mansur, e transfere a Ordem do Dia de hoje para a próxima segunda feira.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final para vários Projetos de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Martinelli — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para próxima segunda feira, dia 4, à Hora Regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS

2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Ata da 2.a Reunião Extraordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 11,30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Belinati, Vice-Presidente desta Comissão, contando com as presenças dos Senhores Deputados Jorge Sato, Odilon Reinhardt, João Fadel Filho e Antonio Lopes Júnior. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34-72 — de autoria da Comissão Executiva, que eleva para dois salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13.º da Resolução n.º 2-64 de 20.2.1964. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 54-72 — de autoria do Senhor Deputado Candido Manuel M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado que especifica, localizado em Planchita, Município de Santo Antonio do Sudoeste. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 174-72 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, os bens que especifica. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 201-72 de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 56-72 encaminhando anteprojeto de lei dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela lei n.º 6.253 de 3.12.71, para despesas com "Contribuições de Previdência Social". Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 202-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 59-72 encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar o fundo especial de reequipamento médico sanitário, Funresan, e altera a tabela integrante da Lei n.º 5.511 de 10.2.67, que dispõe sobre a taxa de saúde. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Ata da 9.a Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 16 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados Antonio Lopes Junior, David Federmann, Odilon Reinhardt e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 317-66 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo, que transfere ao Departamento de Estradas e Rodagens, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina do Sul. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 46-70 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que altera a Lei n.º 5.957, de 20 de junho de 1969, dispondo sobre o Quadro Próprio do Magistério do Paraná. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 63-72 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo através do Departamento de Estradas e Rodagens, isentar, do pagamento de Taxa de utilização do "Ferry Boat", que liga

os Municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo de Professor em estabelecimentos públicos quando em trânsito do ou para o local de trabalho e dá outras providências. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 75-72 — de autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama e Cascavel, passando pelos municípios que especifica. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 88-72 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual no Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 92-72 — de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 108-72 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um curso de jornalismo. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 124-72 — de autoria do Senhor Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar integrado na estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Fundação e Cultura, o "Museu das Etnias". Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 143-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 29-72, encaminhando anteprojeto de lei que eleva, a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões de que tratam as Leis n.ºs 4.763, de 5.11.63 e 54-63, de 22.11.62 e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 148-72 — de autoria do Senhor Deputado Arizono Araujo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão e Itaipera do Oeste. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 169-72 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual, na sede do Distrito de Eneanópolis Município de Sengés. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 170-72 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo, criar um ginásio estadual, na sede do Distrito de Vila Iolanda, Município de Ubatã. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado, com substitutivo. PROJETO DE LEI N.º 187-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 51-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa abrir crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinados a subscrição pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de capital da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 189-72 — de autoria do Senhor Deputado Emilio Carazzali, que autoriza o Poder Executivo transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacelar, pela Lei n.º 5.204 de 10.12.65, a sua filha Jacy Bacellar Giamberardino. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 195-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 53-72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos, do Sr. Secretário da Fazenda objetivando reformular a lei do imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 198-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 58-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização ao Poder Executivo para oferecer as quotas do imposto único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado em garantia das obrigações que a Copel assumirá em empréstimo de 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros). Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. Voto vencido do Senhor Deputado Antonio Belinati. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Terezinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) Fuan Nacii — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA
Ata da 8.a Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados Lázaro Dumont, Xenofonte Villanueva e Hélio Manfrinato, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, lida a ata da sessão anterior pelo Senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 123-72 — de autoria do senhor deputado Quiélse Crisostomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, asfaltar o trecho de estrada, entre a cidade de São José dos Pinhais e a BR-488, relator o senhor Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) Francisco Borsari Neto — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA
Ata da 3.a Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas e dez minutos, sob a presidência do Senhor Deputado Arizono Araujo e com as presenças dos Senhores Deputados

Sebastião Rodrigues Júnior, Francisco Escorsin, Marciano Baraniuk e Xenofonte Villanueva, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada, sem restrições, a Ata da Reunião anterior, em seguida foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 125-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33-72 encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, o imóvel que especifica, situado em Caiobá, Município de Matinhos, neste Estado. Relator Deputado Marciano Baraniuk parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 165-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42-72 encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo doar à União Federal, imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com área de 1.264.329,00 m² (um milhão duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e nove metros quadrados), sem benfeitorias e com os limites e confrontações que especifica. Relator Deputado Marciano Baraniuk, parecer favorável APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente, assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1972.

(aa) Deputado Arizono Araujo — Presidente
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

Comissão de Redação

7.a Legislatura — 2.a Sessão Legislativa

Ata da 34.a Reunião Ordinária

Aos quatro dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 53-72 — de autoria do deputado Cândido M.M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria a estrada que liga o Mun. de Santo Antonio do Sudoeste ao de Ampere, numa extensão de 53 quilômetros. PROJETO DE LEI N.º 77-72 — de autoria do deputado Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo através do D.E.R. firmar convenio com o Mun. de Cambira, para a execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga a sede do referido Município à BR-369 Rodovia do Café. PROJETO DE LEI N.º 201-72 — de autoria do Poder Executivo, que digo, Mensagem n.º 56-72, encaminhando anteprojeto de lei dispoendo sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.253, de 3.12.71, para despesas com Contribuições de Previdência Social. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 192-72, que aprova o convenio celebrado em 9.8.72, entre o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública e o Município de Florestópolis, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do Funrespol e de verbas orçamentárias do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 198-72, que aprova o convenio firmado em 12.6.72, entre o Governo do Estado do Paraná e demais Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná Uruguai — (CIBPU), objetivando a extinção da referida Comissão Interestadual. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
LELIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 53-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a Estrada que liga o Município de Santo Antonio do Sudoeste ao Município de Ampere, passando pelas localidades de Valdeneira, São Pedro do Flórido e Fonte Bela, numa extensão de 53 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.12.72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSSO
SANTOS LIMA
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 77-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através do Departamento de Estradas de Rodagem, a firmar convenio com o Município de Cambira, para a execução dos serviços de asfaltamento e obras complementares da via que liga a sede do Município a BR-369 — Rodovia do Café, numa extensão de 350 metros.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.12.72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSSO
SANTOS LIMA
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 201-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1.971, para atender despesas com Contribuição de Previdência Social do Departamento Estadual do Serviço Público, de acordo com a seguinte especificação:

Órgão Principal: Governo do Estado

Programa: Administração de Pessoal

Unidade Executora: Departamento Estadual do Serviço Público.

Dotação: 72 — 0.5 — 40 — 04 — 0

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — CONTRIBUIÇÃO DE PREVIDENCIA SOCIAL Cr\$ 5.000,00

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar, na mesma Dotação e Unidade Executora, importância de igual valor do Elemento 3.1.4.0 Encargos Diversos.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.12.72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

BASILIO ZANUSSO

SANTOS LIMA

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 35-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica aprovado em todos os seus termos o convenio celebrado em 9 de agosto de 1.972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.12.72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

BASILIO ZANUSSO

SANTOS LIMA

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 36-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado em todos os seus termos o convenio firmado em 12 de junho de 1.972, entre o Governo do Estado e os demais Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), objetivando promover a extinção da referida Comissão Interestadual.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.12.72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

BASILIO ZANUSSO

SANTOS LIMA

Relatores

RESOLUÇÃO N. 37-72

Data: 04 de dezembro de 1972.

Súmula: Eleva para dois salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o Artigo 13 da Resolução n. 2.64 de 20.2.64.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. Fica elevado para o valor de dois (2) salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o Artigo 13, da Resolução n. 2.64, de 20 de fevereiro de 1964.

Art. 2.º. As despesas com a execução da presente Resolução, correrão à verba própria do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3.º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 04 de dezembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente